

TRABALHO DECENTE

**UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA
DOS DIREITOS HUMANOS
TRABALHISTAS A PARTIR
DO PADRÃO DECISÓRIO DO
TRIBUNAL SUPERIOR
DO TRABALHO**

AUTORIA DE
DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

LTR[®]

TRABALHO DECENTE

**UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA
DOS DIREITOS HUMANOS
TRABALHISTAS A PARTIR
DO PADRÃO DECISÓRIO DO
TRIBUNAL SUPERIOR
DO TRABALHO**

2023



LTr Editora Ltda

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-003
São Paulo, SP — Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br
Março, 2023

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: PIETRA DIAGRAMAÇÃO
Projeto de capa: DANILO REBELLO
Impressão: LOG & PRINT GRÁFICA LOGÍSTICA

Versão impressa— LTr 6377.3 — ISBN — 978-65-5883-192-1
Versão digital— LTr 9878.6 — ISBN — 978-65-5883-193-8

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Arantes, Delaíde Alves Miranda

Trabalho decente: uma análise na perspectiva dos direitos humanos trabalhistas a partir do padrão decisório do Tribunal Superior do Trabalho/Delaíde Alves Miranda Arantes. — São Paulo : LTr, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5883-192-1

1. Brasil – Direito do trabalho – Jurisprudência 2. Direito trabalhista 3. Direito fundamental – Brasil 4. Direitos humanos – Brasil 5. Organização Internacional do Trabalho – Leis e legislação 6. Relações trabalhistas – Brasil 7. Trabalho e trabalhadores 8. Tribunal Superior do Trabalho – Jurisprudência I. Título.

22-135129

CDD-34:331.101.21

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito fundamental ao trabalho digno: Direito trabalhista 34:331.101.21
Inajara Pires de Souza – Bibliotecária – CRB PR-001652/O

A Daylton Anchieta Silveira, em memória, advogado trabalhista em Goiás, pelo papel de mestre, amigo e irmão ingressando-me na Advocacia Trabalhista no início de minha carreira jurídica.

A Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República Federativa do Brasil, que me fez Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, como um de seus últimos atos de escolha em lista tríplice do TST, no final de seu segundo mandato na Presidência.

A Pedro Paulo Teixeira Manus, em memória, Ministro do TST que acompanhou meus primeiros passos de magistrada, me ensinando valorosas lições jurídicas, de vida, de amizade leal e sincera, de humanidade, de solidariedade e de carreira, atuando junto a mim por vários anos na composição da 7ª Turma do Tribunal.

AGRADECIMENTOS

O sonho foi acalentado por mais de quarenta anos de cursar o Mestrado realizado com o enfrentamento de grandes desafios e muitas dificuldades pelo caminho. Foi necessário recorrer à fé em Deus e à prática cristã de muita oração, súplicas diárias ao Criador por saúde, persistência, força e o reconhecimento de que não seria possível conseguir sozinha. Além da imprescindível proteção Divina, pela qual serei sempre grata Àquele que rege o universo. Assim, meu primeiro agradecimento é a Deus. É imperioso registrar também a contribuição, o companheirismo e a amizade de pessoas humanas maravilhosas, sem as quais este desejo do coração não teria sido possível.

A gratidão é um dos princípios bíblicos importantes e que sempre procurei cultivar na vida. Com certeza, não será possível nominar todas as pessoas que efetivamente contribuíram para a concretização deste objetivo. Por isso, tomo a liberdade de registrar antecipadamente meu pedido de desculpas por eventuais omissões ao listar os agradecimentos. A todas e todos que participaram de algum modo, desde a apresentação do projeto de pesquisa, no ano de 2018, até o momento final de apresentação da defesa da dissertação, minha eterna gratidão, mesmo se seus nomes não constarem nesse espaço de agradecimentos.

Aos meus pais amados, Waldivino Ribeiro de Miranda, em memória, e Maria Diogo Alves, agradeço pelos ensinamentos, pelo apoio que nunca faltou e pelo amor incondicional. Ao meu esposo Aldo Arantes, grande amor que tive a sorte de encontrar na vida, obrigada por tudo. Ao André Almeida Cunha Arantes, Camila Rioja Arantes, Rafael Rioja Arantes, Lynn Carone; à Priscila Almeida Cunha Arantes, Wagner Gasparini Araújo Costa, Thiago Arantes e Carolina Arantes; aos queridos sogros, Galileu Baptista Arantes e Maria de Lourdes Silva Arantes, em memória, família do coração que aprendi a amar, respeitar e admirar, obrigada pelo apoio, pelos conselhos, pelo carinho e por sempre acreditarem em mim.

Aos meus irmãos e irmãs Miranda, que tanto amo: Deide Miranda, Devaides, Delsonides, Devani, Denise, Débora e Darci Miranda e Davi Miranda, de saudosa memória. Às minhas filhas Patrícia Miranda Amaral e Lorena Miranda Gasel, às netas Manuela Miranda Amaral, Elisa Miranda Gasel e Rafaela Miranda Gasel. Aos netos Gabriel Villela, João Pedro Amaral e Filipe Miranda Gasel. Aos genros Bruno Altino Amaral e Guilherme Arthur Gasel. Amo a minha família, ela é grande esteio,

razão de ser e destinatária de minhas preces cotidianas, em súplicas e gratidão a Deus.

Meus agradecimentos à direção do Tribunal Superior do Trabalho, que em tempos de tantas crises, de pandemia e de tamanhas dificuldades tão bem dirigiu o Tribunal na gestão 2020/2022: a Presidente Maria Cristina Peduzzi, primeira mulher a assumir os destinos da Justiça do Trabalho, em sua história de mais de oitenta anos. O Vice-Presidente Luiz Phillipe Vieira de Mello Filho e o Ministro Aloysio Correia da Veiga.

À gestão atual (biênio 2022-2024): ao Presidente Ministro Lelio Bentes Corrêa, ao Vice-Presidente Ministro Aloysio Correia da Veiga e à Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho Ministra Dora Maria da Costa.

À gestão da Enamat (biênio 2022-2024): ao Diretor Ministro Mauricio Godinho Delgado, ao Vice-Diretor Ministro Augusto César Leite de Carvalho, ao Conselho Consultivo e toda equipe.

A dedicação aos estudos e à pesquisa somente foi possível a partir do incentivo e apoio de trabalhadores e trabalhadoras dedicadas, do meu Gabinete no TST e em casa, nas residências de Goiânia e Brasília. Nas pessoas de Giovana Horta Barreto Nabut, Katiane Pires Diógenes e Marina Vilela, agradeço a toda a Equipe GMDMA: assessoras e assessores, assistentes, secretárias e secretários, motoristas. Todas as servidoras e servidores do gabinete, a seu modo e forma, contribuíram para tornar realidade meu trabalho acadêmico, sem prejuízo aos relevantes serviços públicos que prestam cotidianamente.

No âmbito residencial, o indispensável apoio, carinho e suporte da Celma Maria Caixeta, Sandra Severino Pires de Souza, Solange Guimarães, Ana Cristina Alves Sena, Angra Francisca de Carvalho e Marcelo Alves Silva. Sem essa valiosa colaboração, o tempo dispensado ao estudo e à pesquisa teria sido ainda mais escasso e a missão muito mais difícil.

No ambiente de trabalho, nos incontáveis dias que trabalhei fora do expediente, antes ou após concluir as audiências agendadas, o exame de planilhas, a preparação para as sessões, os despachos de rotina e outros afazeres do cargo, eu permanecia no local de trabalho para viabilizar a realização da pesquisa e dos estudos, uma vez que não foi possível usufruir da licença capacitação de servidora pública, embora conste do Regimento Interno do TST.

Em todo esse tempo, pude contar com a presteza, a eficiência e o carinho dos garçons e das ajudantes de conservação e limpeza. Sempre com um sorriso, um cumprimento amável e respeitoso, essas pessoas humanas admiráveis me serviram café, chá. Não deixavam faltar água, sempre completando o copo vazio com um sorriso, dizendo bom-dia, boa-noite. Agradeço a cada um e a cada uma nas pessoas da Deuselina Aires Leal Ricardo, a Deusa, e Vitor Tiago Castro de Oliveira, Deusimar Pinto Correia, Orlando Lima Mendonça, Adriana Célia Valentina e Genilda Oliveira.

Agradeço ao Ministro do TST Mauricio Godinho Delgado, que, além da prestimosa contribuição com sua vasta obra que integra as referências bibliográficas das mais citadas neste trabalho, ainda contribuiu enormemente na condição de Presidente da Comissão de Documentação do TST, a qual pertence a Biblioteca do Tribunal Superior do Trabalho, da qual foi disponibilizada por empréstimo a maioria das obras que figuram nas referências desta obra. Aos servidores e servidoras da Biblioteca, na pessoa do servidor Gilberto Alves Paulino Filho, meus agradecimentos pela eficiência e presteza no atendimento a mim dispensado.

À Universidade de Brasília (UnB), meus agradecimentos por propiciar a realização deste grande sonho. Minha gratidão a todas as pessoas que tive a oportunidade de conhecer e com quem convivi na pós-graduação e que foram muito importantes para mim ao longo de toda essa etapa, desde o período em que me inscrevi para a seleção, em 2018.

Registro aqui minha gratidão para sempre à querida Professora Gabriela Neves Delgado, orientadora que, com eficiência, dedicação e competência, inspira a todos e todas que a conhecem e que tiveram o privilégio de ser seu aluno ou aluna. Ela recebe a todas e todos de braços abertos na UnB, orienta com sabedoria e firmeza, com o cuidado, o carinho e a dedicação das grandes mestras. É também exemplo de pessoa humana, de profissional gentil, firme e inteligente.

Aos Professores Doutores José Geraldo de Sousa Júnior, Kátia Magalhães Arruda e Antônio Escrivão Filho, gratidão sempre, por terem aceitado participar da minha banca de defesa. Às Professoras e aos Professores da Faculdade de Direito da UnB: Fabiano Hartmann, Rebecca Lemos Igreja, Camilo Negri, Talita Rampin, Simone Rodrigues Pinto e Cláudia Rosane Roesler, com quem tive a oportunidade de cursar as disciplinas do Mestrado, agradeço pelos ensinamentos preciosos da disciplina e de vida que ministraram. Aos técnicos-administrativos da Faculdade de Direito da UnB, todas e todos dedicados e solícitos, aos

quais agradeço na pessoa da competente secretária Euzilene Rodrigues Morais, pela atenção, paciência e atendimento primoroso.

Agradeço de modo muito especial também, a todas e todos que integram o Grupo de Pesquisa “Trabalho, Constituição e Cidadania” (UnB-CNPq), coordenado pela orientadora, Professora Doutora Gabriela Neves Delgado. Entre os colegas do Grupo de Pesquisa, não posso deixar de mencionar a Valéria de Oliveira Dias, por compartilhar a sua experiência de mestra. Ao Abílio Souza e Silva Neto, Maria Cecília de Almeida Monteiro Lemos, Professor Ricardo José Macedo de Brito Pereira, Marthius Sávio Lobato, Helder Amorim, Murilo Oliveira Souza, Vitor Sousa Freitas.

Em tempos tão difíceis, conciliar os papéis indelegáveis de mulher, mãe, avó, filha, esposa, irmã com o trabalho de servidora pública federal em dedicação exclusiva, se tornou em determinado momento, com a pandemia da Covid-19, um desafio quase intransponível. Foi nessa hora que profissionais competentes e amigos queridos entraram em cena empenhados em fazer com que eu não desistisse do projeto acadêmico tão sonhado. A lista é enorme, graças a Deus, mas vou tentar nominar: a minha psicóloga Ana Carolina Fernandes, o médico Einstein Francisco de Camargos, os colegas e amigos Maria Beatriz Teodoro, Márcia Nunes, Julia Loures Nunes, Fábio Portela, Leonardo Vieira Wandelli, Sebastião Geraldo de Oliveira e André Machado.

Pelas mesmas razões e por toda a contribuição e amizade, agradeço ainda ao Professor Doutor Valério de Oliveira Mazzuoli, e às ministras do TST, Kátia Magalhães Arruda e Maria Helena Malmman. Sem a força e a proteção contínua de Deus, invocada em orações todos os dias, e sem os incentivos dessas pessoas imprescindíveis para mim, eu não teria prosseguido na pós-graduação.

A minha gratidão à Carolina Di Assis, amiga e colega desta Pós-Graduação UnB, conterrânea goiana, que compartilhou comigo seus conhecimentos jurídicos e de sua formação em Letras, incentivando-me a continuar e acompanhando-me em longas leituras e na primeira revisão de textos, sempre atenciosa e paciente. Foi de fundamental importância a participação desta amiga tão especial, a quem o futuro certamente reserva muito sucesso e vitórias, na vida e na carreira. Agradeço imensamente à Professora Tatiana Serpa Guedes, que muito contribuiu com a tradução para o inglês do resumo e das palavras-chave.

O apoio técnico em um trabalho acadêmico é fundamental, principalmente na fase de pesquisa documental. Agradeço muito a colaboração e o apoio de Professora Doutora Maria Cecília de Almeida Monteiro Lemos, Doutor Fábio Portela, Washington Luis Batista Barbosa, Katiane Pires Diógenes, Neriane Sousa Carvalho, Clebson dos Santos Almeida, Lara Cecília Jacinto Monteiro, Victória Argolo Borges, Laryssa Faria de Brito Castro e Maria de Fátima Rodrigues Machado. Posso afirmar que não teria conseguido chegar até aqui sem contar com todas as contribuições, apoios, incentivos e o carinho que recebi de todas e todos.

Meus agradecimentos pelo apoio e a cobertura em orações dos Pastores Weber Sérgio e dos integrantes da Igreja Presbiteriana de Brasília (IPBsb) da qual sou membra. Aos Pastores Luiz Almeida, Rejane Silva Brito, Devani Miranda, Luciene Almeida e Denise Miranda. Orações, incentivo e apoio do Grupo de Oração do Gabinete GMDMA: Ana Cecília Brito Totoli, Rejane Silva Brito, Sandra Marise Excsel, Gislane Oliveira Pinheiro e Eliane Direito Passos Otto.

Minha eterna gratidão aos meus professores e professoras, desde que aprendi as primeiras letras na escola, entre eles, Zilda Santiago; Josefina Badan; Avenir José Martins; José Pinto e Iraídes Alves de Faria, em memória. Ao Centro Universitário de Goiás (UNIGOIÁS), integrantes da direção, professores e professoras, minha instituição de origem, onde cursei bacharelado em Direito, possibilitando-me o exercício da advocacia e da magistratura até chegar à pós-graduação. À Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG), onde cursei Pós-Graduação em Direito e Processo do Trabalho, e à Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), onde tive a oportunidade de me tornar especialista em docência universitária.

Não é possível encerrar os agradecimentos sem mencionar uma pessoa que teve um papel muito importante para que o mestrado pudesse se tornar realidade. Conhecer e trabalhar com a Revisora e Professora Patrícia Finelli foi uma satisfação enorme, um alento, uma fonte de energia para prosseguir. Competente profissional, afinadíssima com as ferramentas tecnológicas, paciente, ágil, dedicada. Além das aulas didáticas de revisão, o prazer da conversa se estendia para o prazer de ser mãe e avó, meu e da Professora Patrícia. No final da aula, o tema preferido era sobre os nossos netos, os meus seis netos e as netas Cecília Finelli Valente e Lara Finelli Valente, sua neta que chegou chegando, bem

no finalzinho do nosso trabalho, mas ainda com tempo de comemorações e boas-vindas. Obrigada, Professora Patrícia Finelli.

Agradeço aos amigos especiais, que foram muito importantes na minha vida, tanto pessoal quanto profissional, sempre me incentivando e ajudando em momentos de desafios, mas que não puderam agora compartilhar comigo a alegria da realização desse grande sonho. São amigos queridos que passaram para outra dimensão da vida durante o período de realização dos meus estudos acadêmicos. A cada um deles, meus agradecimentos pela amizade e por tudo que fizeram por mim, são eles: Walmir Oliveira Costa, João Faustino dos Santos, Daylton Anchieta Silveira, Pedro Paulo Teixeira Manus, Haroldo Lima, João Bosco Arantes, Jorge Branco de Gouveia, Ronaldo Lopes Leal e José Luciano de Castilho Pereira.

Agradeço de modo especial às inúmeras mulheres que em todo o tempo contribuíram com suas histórias inspiradoras e motivam a todas as mulheres no Brasil e no mundo a continuar na luta por um mundo melhor e mais igualitário no qual os preceitos constitucionais e as normas internas e internacionais de inteira igualdade possam ser cumpridos. Entre elas, nominarei: Dilma Vana Rousseff, Rosa Weber, Kátia Magalhães Arruda, Maria de Assis Calsing, Angela Merkel, Rosa Luxemburgo, Cora Coralina, Carol Proner, Sayonara Grillo Coutinho, Gláucia Young, Lúcia, Sofia, Suely Porto dos Reis, Ludovania Maria Alves, Adélia Fidelis, Dinair Alves, Maria Diogo Alves, Maria de Lourdes Silva Arantes, Jandira Feghali, Vanessa Grazziotin.

Em continuidade à nominata de mulheres inspiradoras: Lucília de Almeida Neves Delgado, Maria Elizabeth Rocha, Ana Maria Morais, Eliane Oliveira de Platon, Mércia Aryce Costa, Divina Moreira, Eleuza Araujo, Alcione Helena, Adelia Garcia, Maria José Bezerra, Leizer Pereira Silva, Adriana Campos Freire Pimenta, Josefina Badan, Zilda Santiago, dentre outras.

Finalizo com renovados agradecimentos à minha dedicada e eficiente orientadora no Mestrado, Professora Gabriela Neves Delgado, que também é Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Trabalho, Constituição e Cidadania” (UnB/CNPq), o qual tenho a honra de integrar. Obrigada pelas sábias lições, pela paciência, pela presteza e por toda a dedicação para que meus estudos, a pesquisa e esta obra pudessem se tornar realidade.

SUMÁRIO

Apresentação	19
Prefácio	23
Introdução	29
Capítulo 1 – Análise panorâmica dos Direitos Humanos Trabalhistas na perspectiva da Organização Internacional do Trabalho (OIT)	33
1.1 Análise panorâmica dos direitos humanos	33
1.1.1 Direitos Humanos: Origem e Abrangência	37
1.1.2 Direitos Humanos e Direitos Fundamentais: Diferenciação e <i>Status</i>	40
1.1.3 Eixos Jurídicos de Proteção aos Direitos Humanos.....	46
1.2 Análise panorâmica dos direitos humanos trabalhistas	49
1.2.1 Nota Introdutória	49
1.2.2 A Dignidade da Pessoa Humana como Núcleo Paradigmático dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais Trabalhistas	50
1.2.3 Os Contornos do Estado Constitucional Contemporâneo e a Proteção aos Direitos Humanos e Fundamentais Trabalhistas.....	55
1.3 A OIT e seu contributo para a efetivação de um patamar civilizatório de direitos humanos trabalhistas	62
1.3.1 Nota Introdutória.....	63
1.3.2 A OIT e sua Contribuição para a Institucionalização e o Fortalecimento do Direito do Trabalho Brasileiro	70
Capítulo 2 – Trabalho Decente: uma análise na perspectiva dos direitos humanos trabalhistas	73
2.1 Criação, conceito e evolução da Agenda do Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT)	73
2.2 Trabalho Decente como marco civilizatório.....	86

2.3 Agenda brasileira para o Trabalho Decente	98
2.4 O Trabalho Decente e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Organização das Nações Unidas (ONU).....	107
Capítulo 3 – O Trabalho Decente na Construção Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho (TST).....	115
3.1 Tribunal Superior do Trabalho (TST): instância suprema da Justiça do Trabalho e órgão uniformizador da jurisprudência nacional	115
3.2 O papel do TST na interpretação e na aplicação do direito, em conformidade com o Estado Democrático de Direito e com o referencial de direitos humanos	119
3.3 Riscos e reflexos da Reforma Trabalhista para o Trabalho Decente	124
3.4 Controle de convencionalidade.....	127
3.5 Pesquisa jurisprudencial	141
3.5.1 Metodologia de Pesquisa: Apresentação do Problema e das Hipóteses	141
3.5.2 Da Pesquisa Quantitativa	143
3.5.3 Da Pesquisa Qualitativa.....	171
Conclusão	181
Referências	185

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIRR – Agravo de Instrumento em Recurso de Revista
ANTD – Agenda Nacional do Trabalho Decente
CRFB/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CIDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos
CIT – Conferência Internacional do Trabalho
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CTRI – Comissão Tripartite de Relações Internacionais
DIESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIT – Direito Internacional do Trabalho
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MPT – Ministério Público do Trabalho
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NIT – Normas Internacionais do Trabalho
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PIDCP – Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos
PIDESC – Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PNETD – Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente
PNTD – Plano Nacional do Trabalho Decente
RFB – República Federativa do Brasil
RO – Recurso Ordinário

RR – Recurso de Revista
SBDI-1 – Seção de Dissídios Individuais I do TST
SBDI-II – Seção de Dissídios Individuais II do TST
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
TST – Tribunal Superior do Trabalho
STF – Supremo Tribunal Federal
UE – União Europeia

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Processos analisados	146
Tabela 1 – Classe processual dos julgados analisados (número e porcentagem)	147
Tabela 2 – Autoria dos Recursos de Revista analisados (número e porcentagem)	150
Tabela 3 – Gênero do reclamante dos julgados analisados (número e porcentagem)	150
Tabela 4 – Ramo econômico da reclamada (número e porcentagem).....	152
Tabela 5 – Porcentagem de julgados com decisão de mérito.....	154
Tabela 6 – Tema do recurso (quantidade e porcentagem).....	155
Tabela 7 – Uso do argumento trabalho decente (quantidade e porcentagem)	156
Gráfico 1 – Porcentagem da classe processual dos julgados analisados.....	147
Gráfico 2 – Porcentagem do gênero do reclamante dos julgados analisados.....	151
Gráfico 3 – Porcentagem do ramo econômico da reclamada.....	152
Gráfico 4 – Porcentagem dos temas de recurso	155
Gráfico 5 – Porcentagem do argumento Trabalho Decente	156
Figura 1 – Palavras-chave dos julgados analisados	175

APRESENTAÇÃO

Existem pessoas que passam por nossas vidas deixando uma marca indelével de sua existência. Com *Delaíde Miranda Arantes* foi assim.

Como Professora da Universidade de Brasília (UnB), eu a recebi na condição de orientanda de mestrado, em seguida à sua aprovação no disputadíssimo processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Direito, para a linha de pesquisa Internacionalização, Trabalho e Sustentabilidade, no ano de 2019.

Ao iniciar a orientação, deparei-me com uma mulher madura, cuja densidade de vida impressiona. Mãe de duas filhas, avó de seis netos e casada com o Dr. Aldo Arantes há anos, construiu e é o esteio de uma família amorosa, sólida e unida. Profissionalmente, foi advogada trabalhista militante por trinta anos até que, em março de 2011, tomou posse como Ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em vaga da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), decorrente do quinto constitucional.

Mesmo com a vida plena, Delaíde Arantes decidiu aprofundar seus estudos e sentar-se mais uma vez nos bancos acadêmicos. O projeto de mestrado seguramente apontava para um sentido de revitalização e expansão da caminhada, mas é rigoroso e traz consigo uma série de exigências. Ciente do desafio, sustentou sua escolha e, com a coragem que lhe é habitual, persistiu no percurso de pesquisa.

Num exercício de humildade diário para enfrentar os desafios próprios à redação de uma pesquisa científica, foi aprimorando seu papel de pesquisadora, em meio à canalização respeitosa das orientações por mim apresentadas. Assim foi possível construir um espaço comprometido de estudo e reflexões críticas, mas também de união e amparo.

Após três anos, num trajeto de pesquisa abruptamente entrecortado pela pandemia da Covid-19, a dissertação de mestrado foi apresentada à Banca Examinadora integrada pelos ilustres Professores Doutores José Geraldo de Souza Júnior (UnB), Kátia Magalhães Arruda (UDF) e Antônio Escrivão Filho (UnB), tendo sido aprovada, por unanimidade, após defesa meritória.

Além da satisfação com o resultado de pesquisa alcançado, agradeço pelo privilégio de construir amizade valorosa com Delaíde Arantes, daquelas que desejamos partilhar por toda a vida.

Este livro, ora ofertado à comunidade jurídica, reproduz a pesquisa de mestrado desenvolvida pela autora. Intitulado *Trabalho Decente: uma análise na perspectiva dos direitos humanos trabalhistas a partir do padrão decisório do Tribunal Superior do Trabalho*, apresenta texto sólido e da maior importância nos campos do Direito Internacional do Trabalho e do Direito Constitucional do Trabalho.

O trabalho decente é a categoria central de análise da obra, e se justifica por sua importância e significado na busca por um padrão civilizatório de direitos humanos trabalhistas. Este conceito perpassa, direta e indiretamente, toda a análise empreendida.

Assim, no primeiro capítulo, a autora apresenta estudo panorâmico dos direitos humanos trabalhistas, com perspectiva e ênfase na missão de justiça social da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para, em seguida, já no segundo capítulo, sistematizar os principais aspectos do referencial paradigmático do Trabalho Decente. Neste ponto, indica o Trabalho Decente como marco civilizatório decisivo para o encaminhamento das ações dos Estados signatários da OIT, com destaque para a Agenda Brasileira do Trabalho Decente. Finalmente, no terceiro capítulo, apresenta pesquisa jurisprudencial, quantitativa e qualitativa, sobre a existência (ou não) de um padrão decisório no TST quanto à concretização do Trabalho Decente no Brasil.

Com base na amostra jurisprudencial alcançada a partir de criteriosa metodologia de pesquisa, a autora pontua sobre a importância de se buscar alternativas diversificadas para a concretização do sistema de justiça à luz do valor da justiça social. Também reforça a necessidade de aperfeiçoamento e avanço da jurisprudência trabalhista no tocante à aplicação das normas internacionais do trabalho, sobretudo quanto ao conceito de Trabalho Decente e às diretrizes da Agenda do Trabalho Decente brasileira, que tendem a aparecer apenas como argumento de reforço no padrão decisório do TST.

Em acréscimo, ressalta a importância de o Poder Judiciário incorporar o controle de convencionalidade para assegurar a compatibilização das normas nacionais à luz das normas internacionais, “observada a mais benéfica à promoção dos direitos humanos”. Finalmente destaca

a Recomendação 123 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que direciona o Poder Judiciário à observância e incorporação dos Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) nas decisões judiciais.

Ao encerrar a leitura, fica a certeza de que se tem em mãos livro escrito por autora de grande sensibilidade social, que de fato disputa o que pode vir a ser o melhor do Direito do Trabalho desde uma perspectiva humana e progressista.

Brasília, novembro de 2022.

Gabriela Neves Delgado

Professora Associada da Universidade de
Brasília (UnB) e Advogada

PREFÁCIO

O conceito de Trabalho Decente encerra a perspectiva mais apropriada de proteção do trabalhador na pós-modernidade, por atingir o epicentro do mosaico normativo – nacional e internacional – de proteção de homens e mulheres que aspiram melhores condições de trabalho em todo o mundo.

O tema está pautado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e contemplado em uma ampla agenda internacional destinada a combater todas as formas de exploração do trabalho humano, servindo aos Estados-partes de guia axiológico e hermenêutico para a implementação de medidas internas de aperfeiçoamento dos sistemas nacionais de proteção.

A maneira pela qual os Estados estão a implementar tais perspectivas é matéria sensível que está a merecer a devida análise em cada um desses contextos. Sobretudo no Brasil, a questão há de ser analisada a partir dos padrões decisórios da Justiça do Trabalho, em especial do Tribunal Superior do Trabalho.

O desafio de investigar este assunto foi cumprido com maestria pela Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, que defendeu excelente Dissertação de Mestrado na Faculdade de Direito da UnB, com análise da perspectiva dos direitos humanos trabalhistas a partir do padrão decisório do TST, o que deu enfim a esta obra.

O seu texto revela perfeita organização de ideias, com análise inicial dos direitos humanos trabalhistas no âmbito da OIT, desde a sua origem histórica até os dias atuais, evoluindo, depois, para a análise do Trabalho Decente como marco civilizatório, à luz do direito brasileiro e das normas internacionais, culminando, por fim, com a análise do Trabalho Decente na construção jurisprudencial do TST.

Neste ponto, a Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes demonstra toda a sua preocupação com os temas internacionais afetos ao Trabalho Decente e a aplicação das normas internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro, em especial à luz da teoria do controle de convencionalidade das leis. Essa visão revela uma veia especial da autora para os temas afetos ao direito internacional e aos

direitos humanos que se fazem sentir na leitura de todo o texto, em todos os seus capítulos e subdivisões.

Assim, as suas posições revelam um domínio sério e engajado da proteção dos direitos humanos e contribuem sobremaneira para que a Justiça do Trabalho se aperfeiçoe cada vez mais na proteção dos trabalhadores, sobretudo à luz dos paradigmas internacionais de proteção. Também, esta investigação demonstra as preocupações da autora com a devida compreensão do papel dos juízes na implementação dos padrões internacionais de direitos humanos estabelecidos no âmbito das Nações Unidas e da OIT, revelando o seu viés humanista mais profundo.

O ponto alto da investigação é o relativo à análise do Trabalho Decente na jurisprudência consolidada do TST, em que se busca aferir se tal jurisprudência contempla as normas internacionais de direitos humanos trabalhistas, em especial a Agenda do Trabalho Decente de 1999, da OIT. Neste ponto, a autora realiza uma pesquisa quantitativa e qualitativa das decisões do TST que não havia sido feita no Brasil até então, demonstrando ímpar originalidade e perfeito manejo de todos os dados colhidos da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

Sua conclusão é a de que a menção às normas internacionais ou a documentos ou Convenções da OIT é feita unicamente no plano secundário por aquele tribunal superior, sem transcrevê-las e sem provocar reflexão sobre seu acolhimento ou não para o resultado da lide, é dizer, sem integrar os argumentos centrais decisórios do TST.

Por ser a primeira pesquisa realizada no Brasil destinada a investigar os padrões decisórios do TST sobre a Agenda Internacional do Trabalho Decente, deve ser lida e compreendida por todos os estudiosos do Direito do Trabalho e pela academia em geral. Efetivamente, fazia falta à academia brasileira – especialmente a de Direito do Trabalho – uma pesquisa com tais características, capaz de mostrar o real estado da arte da aplicação das normas internacionais de proteção dos direitos humanos trabalhistas em nosso País.

Tenho absoluta certeza de que este livro lançará todas as luzes necessárias à futura (e melhor) concretização da Agenda do Trabalho Decente no âmbito da Justiça do Trabalho brasileira, tanto por sua inovação quanto por seu ineditismo e seriedade, características, aliás, presentes na personalidade e na atuação profissional de sua autora.

De minha parte, só posso augurar à Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes os mais retumbantes sucessos com esta publicação, que dignifica a academia trabalhista brasileira pelo seu alto rigor científico e metodológico e pela defesa dos melhores padrões de direitos humanos trabalhistas reconhecidos no plano do direito internacional dos direitos humanos.

Cuiabá, novembro de 2022.

Valerio de Oliveira Mazzuoli

Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

*“Eu sou aquela mulher
a quem o tempo muito ensinou.
Ensinou a amar a vida.
Não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.
Renunciar a palavras e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos.
Ser otimista.
Creio numa força imanente
que vai ligando a família humana
numa corrente luminosa
de fraternidade universal.
Creio na solidariedade humana.
Creio na superação dos erros
e angústias do presente.
Acredito nos moços.
Exalto sua confiança,
generosidade e idealismo.
Creio nos milagres da ciência
e na descoberta de uma profilaxia
futura dos erros e violências
do presente.
Aprendi que mais vale lutar
do que recolher dinheiro fácil.
Antes acreditar do que duvidar”.*

(CORA CORALINA, 1997)

INTRODUÇÃO

A dignidade da pessoa humana, assegurada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), e o Trabalho Decente, concebido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), trouxeram para a ordem do dia a importância dos direitos humanos trabalhistas. Tal relevância mostra-se ainda maior devido à ascensão do neoliberalismo, às imposições do mercado e da globalização sem limites, bem como ao aumento das desigualdades provocadas pelas novas tecnologias e pelo agravamento de sucessivas crises política, social, econômica, trabalhista, sanitária.

O cenário global do mundo do trabalho já é assustador, como vem alertando a OIT em seus relatórios e em pronunciamentos de seus dirigentes. Para além dos motivos já listados, há ainda o agravamento da precarização das condições de trabalho gerada pela Lei n. 13.467/17 e por outras leis promulgadas nos últimos anos no Brasil, com a ampliação de postos de trabalho desprotegidos e consequências nefastas para os trabalhadores e seus direitos humanos e fundamentais trabalhistas.

Nesse cenário, e ante a preocupação com um sistema de justiça trabalhista que possa contribuir para o cumprimento do objetivo do surgimento da OIT, a justiça social, emerge o interesse pela pesquisa do tema da dissertação, ora transformada em livro, que é: “Trabalho Decente: uma análise na perspectiva dos direitos humanos trabalhistas a partir do padrão decisório do Tribunal Superior do Trabalho”.

A pesquisa realizada abrange a consulta e o estudo referencial teórico doutrinário, assim como a realização de pesquisa científica, a fim de aferir, na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), órgão de cúpula do Judiciário Trabalhista brasileiro, se ela contempla as normas internacionais de direitos humanos trabalhistas, em especial os princípios e as diretrizes da Agenda do Trabalho Decente da OIT, de 1999.

Entre os métodos de pesquisas possíveis, foi adotado o método dedutivo, que deu origem a esta obra e que se utiliza de um encadeamento de raciocínio, partindo da análise geral para a particular até chegar à conclusão, utilizando-se do silogismo. A técnica de pesquisa empregada será primordialmente a análise documental de acórdãos dos Colegiados

do TST, já publicados na imprensa oficial, constituindo, assim, a pesquisa bibliográfica, classificada nas modalidades quantitativa e qualitativa.

No primeiro capítulo, resta realizada uma análise panorâmica dos direitos humanos trabalhistas na perspectiva da OIT, sendo estudadas a origem e a abrangência dos direitos humanos e dos direitos fundamentais. Segue-se a análise dos direitos humanos trabalhistas, em especial sob a ótica da dignidade da pessoa humana como núcleo paradigmático dos direitos humanos e dos direitos fundamentais trabalhistas. Foram analisados também o papel e a contribuição da OIT para a efetivação de um patamar civilizatório de direitos humanos trabalhistas.

O rico e amplo referencial bibliográfico disponível sobre os temas abordados neste livro possibilitou a contextualização social, jurídica, política e econômica, desde a criação da OIT no remoto ano de 1919, seguida da *Declaração de Filadélfia*, em 1944, e da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em 1948. Completam o quadro histórico dos temas aqui abordados a *Carta Internacional de Direitos Humanos Trabalhistas*, constituída pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH), de 1948, e pelo *Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos* (PIDCP) e o *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* (PIDESC), ambos de 1966, bem como a Constituição Federal Cidadã de 1988, (CRFB/88), marco da constitucionalização dos direitos sociais e trabalhistas no Brasil.

Os direitos humanos, entre eles os trabalhistas, percorreram esse caminho até encontrar sérios obstáculos: o projeto neoliberal e a globalização “sem peias”, com as tentativas desesperadas de determinados segmentos da sociedade em percorrer às pressas o caminho de volta, com o estabelecimento do Estado Mínimo e a redução de garantias constitucionais e universais da pessoa humana trabalhadora.

Após a análise dos direitos humanos trabalhistas na visão da OIT, a pesquisa passa ao tema do Trabalho Decente no capítulo segundo, em que se aborda a criação, o conceito e a evolução da Agenda do Trabalho Decente, da Organização Internacional do Trabalho.

No plano internacional, as Convenções, Declarações e demais documentos da OIT se apresentam na pesquisa com importante papel na análise do Trabalho Decente como marco civilizatório; e, no plano interno, a Agenda Brasileira do Trabalho Decente colabora no estudo da temática. Os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM), da Organização das Nações Unidas (ONU), composto por 17 *Objetivos*